

Requerimento

“Os deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira vêm com perplexidade e muita preocupação o atraso com que o actual Governo Socialista vem tratando o processo de construção da futura Marina de Angra do Heroísmo. Trata-se com efeito, de um projecto de inquestionável interesse para a Ilha Terceira e para a Região Autónoma dos Açores, cujo início se verificou em Maio de 1995, através de acordo estabelecido entre a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a então Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Com base neste acordo entendeu a S.R.H.O.P.T.C. dever ser a J.A.P.A.H. a executar os trabalhos, tendo a referida Junta incluído a obra no seu Plano Plurianual de Investimentos que foi aprovado pelo Secretário da tutela em 14 de Setembro de 1995.

Através da Resolução n.º 181/95 de 9 de Novembro, o Conselho do Governo Regional autorizou a Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo a abrir Concurso Público Internacional para arrematação da empreitada. Lançado o concurso as propostas foram abertas em 29 de Março de 1996, e através da Resolução n.º 184/96, de 29 de Agosto, o Conselho do Governo autorizou a J.A.P.A.H. a adjudicar a empreitada e aprovou a minuta do respectivo contrato. Em 18 de Outubro de 1996, o Tribunal de Contas visou a minuta do Contrato e em 25 de Outubro foi assinado o contrato de empreitada.

A candidatura do empreendimento aos fundos comunitários PEDRAA-II foi feita em Outubro de 1996, aguardando neste momento a sua aprovação apenas um parecer da Direcção Regional do Turismo.

O projecto foi, no entanto, objecto de um estudo de impacto ambiental aprovado pela Direcção Regional do Ambiente, e tem os pareceres favoráveis da C.M.A.H., G.Z.C.A.M., S.R.E.C.E, Capitania do Porto de Angra e Delegação Aduaneira de Angra. Tendo em conta o Património subaquático foi feito um trabalho de prospecção da Baía na Zona a ocupar pela marina que se encontra praticamente concluído.

Aguarda-se agora apenas autorização da actual Secretaria Regional da Economia para a consignação da Empreitada.

A não realização desta obra (como alguns parecem desejar) para além de prejudicar a Ilha Terceira em termos sociais, económicos e culturais e de tratar esta terra de forma discriminatória relativamente às ilhas do Faial e de São Miguel que já dispõem de infraestruturas semelhantes, obrigaria, também, de acordo com a lei a indemnizar o empreiteiro, em largas centenas de milhares de contos, valor que seria superior à comparticipação das entidades regionais no projecto, já que o mesmo é susceptível de receber apoio da U.E. em 85% do seu custo total.

Ainda menos concebível é este atraso por parte do Governo Regional Socialista se tivermos em conta mais dois importantes factores:

1.º O valor não participado pela União Europeia é totalmente suportado pelo Orçamento Privativo da Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo.

2.º O plano de trabalhos da obra prevê um período de 6 meses para montagem de estaleiro, execução de acessos e exploração da pedreira. Ora, se a consignação da obra não for feita com a maior rapidez, perder-se-á a época de Verão para os trabalhos de mar de construção do molhe com a inevitável ocorrência de desnecessários e injustificados atrasos que além disso corresponderão, também, a um indesejável agravamento dos custos da empreitada.

Se o que ficou dito não fosse bastante para justificar o interesse do Governo por este projecto que constitui uma antiga aspiração do Povo Terceirense, e que a nosso ver vem sendo maltratado pelo Governo, tal o desleixo a que o mesmo vem sendo votado, bastaria, então, que ouvíssemos o que diz o arquitecto Dalmo Filho, do Instituto do Património Histórico de Santa Catarina e Professor da Universidade Federal do mesmo Estado Brasileiro, que a convite do Governo Regional recentemente se deslocou a Angra do Heroísmo, no âmbito de um programa de troca de experiências de preservação do património, e que instado a pronunciar-se sobre a marina de Angra o fez nos seguintes termos:

“-Acho que a marina pode contribuir para que a cidade de Angra do Heroísmo mantenha a sua ligação antiga com o mar. A futura marina pode vir a ser o maior vínculo da cidade com o oceano, como acontece no mundo inteiro com cidades como Angra do Heroísmo. Sou favorável à execução da marina. Parece-me uma transformação que favorece a cidade. É claro que a obra deve ser feita com todo o cuidado. Parece-me até que as áreas tradicionais da cidade não deveriam ser obrigadas a conviver com um

elemento novo. Mas, no geral, penso que a marina vai ser muito importante para a cidade.”

Partilhando também desta fundada e lúcida opinião, os Deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira exigem ao Governo Regional dos Açores uma decisão urgente sobre este assunto, dado que os 4 meses que leva de mandato são mais do que suficientes para sobre ele se pronunciar em termos definitivos e positivos, por forma a não prejudicar ainda mais a população desta ilha e o seu desenvolvimento futuro.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, os deputados signatários requerem, também, ao Governo Regional informação detalhada e urgente sobre o processo em apreço.

Do Partido Social Democrata, Joaquim Ponte, Aurélio da Fonseca, António Meneses e Jorge Valadão”.